

## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 23 DE JANEIRO 2023 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETRÓPOLIS.

Ata da Reunião ordinária do conselho Municipal de  
Petrópolis, realizada do dia 23 de janeiro 2023 as  
18:30Hr.No Centro de saúde Coletiva Sítio Rua  
Santos Dumont nº 100, Centro, Petrópolis - RJ.

Ata da reunião ordinária de 23 de janeiro 2023. Reunião ocorrendo de modo presencial, com a presença dos seguintes Conselheiros: Roseli de Almeida Machado (ABEN), Cristiane Maria Rodrigues (APAE), Aline Barbosa da Silva (APPO), Donati Canna Caleri e Ana Maria Gonçalves Nilsson Stutzel (ASBAMTHO), Eduardo Pereira de Azevedo (Ass. Mor. Presidente Sodré), Antony Diogo Moraes de Araújo (CTO), Ricardo Bragança Pinheiro Tammela (FMP), Sarah de Oliveira Almeida (FNCC), Amanda Alves Velloso Nunes (GOV), Marcus Antônio Curvelo da Silva (GOV), Katia Albuquerque Cerqueira (GOV), Marcos Alfens Pozzato (GOV), Cláudia Carvalho Respeita da Motta (GOV), Vicente de Paula Périco Machado (GOV), José Cláudio Ribeiro Teixeira (HCC), Alan Paizant Andrade Lima (INS. ALLIANCE), Erika Paula Gomes Pedroso (OAB), Sonia Cristina da Silva Furtado (sindicato dos Médicos), Sandro de Jesus Lara (UDAM). A pois verificar quórum as 19:00hs, a Presidente cumprimenta a todos e dá início a reunião ordinária. 1º PONTO DE PAUTA: leitura dos expedientes, 1º Nº ofício 01/2023 da prefeitura solicitando o envio da ata da reunião do dia 22/11/2022 e 29/11/2022, 2º Nº of. 64/2023 solicitações de informação a secretaria quanto a ausência de insumos para fabricação de vacina no consultório de especialidades, 3º of. Nº 063/2023 solicitando informações a secretaria sobre o não funcionamento dos telefones 2235.2244, 2243.5362 que são do Ambulatório escola; 4º of. Nº 045/2023 solicitando informações a secretaria sobre a ausência de médicos no posto de saúde do Vila Rica; 5º ofício da APPO comunicando a representação desta junto ao conselho pela S. Andreia Teixeira como suplente desta 2º PONTO DE PAUTA: APROVAÇÃO DAS ATAS DE OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2022, sendo encaminhadas a aprovação, sendo aprovadas com 18 votos favoráveis, 3º ORDEM DO DIA: 5.1. APRESENTAÇÃO E INFORMES SOBRE O PLANEJAMENTO E DESAFIOS DA VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS (COMSEA); iniciada apresentação pela senhora Talita, nutricionista pela UNIFASE, após cumprimentos passou a apresentação com o fundamento a união de forças para melhoria nas condições de renda, monitoramento como para intervenções, pois a pandemia é um ponto de maior preocupação, já que é direito da população ter acesso a alimentação adequada, e assim temos a intenção de levar essa discussão em outros conselhos e secretarias de forma a ampliar, lembrando que existe a política Nacional de Alimentação e Nutrição que é saúde, onde liga diretamente o monitoramento da saúde e estado nutricional da população, temos para auxiliar o SISVAM como uma das estratégias, pois é um sistema de base de dados epidemiológico para



acompanhar estado nutricional e consumo alimentar da população brasileira, por exemplo desnutrição e excesso de peso, além das outras estratégias e a verificação da quantidade da população cadastrada no Cadastro Único e acompanhamento do Bolsa Família, essa coleta é um ponto fraco no município onde deve ser melhorado, sendo essas umas das formas de acompanhamento nutricional dessas famílias, assim devemos ter atenção na mudança dos protocolos do SISVAM, pois a tendência era a diminuição porém tivemos uma estabilidade e até uma pontuação de aumento, observância na busca ativa de crianças e famílias em vulnerabilidade social, precisamos realizar mais precisamente para comparar a nível estadual e nacional essa insegurança alimentar e nutricional, a escala classifica as famílias em três escalas de leve moderada e grave, sendo este último o indicativo que a família passa fome, na coleta de dados durante e pós pandemia onde obtivemos os indicadores que no Brasil temos 128.000.000 de pessoas em insegurança alimentar e 33.000.000 insegurança grave; reforça a necessidade de olhar a essa população, iniciando a apresentação pela Isabel da coordenadora da área de alimentação e nutrição da secretaria de saúde, diante a ausência de informação se todos tinham conhecimento sistema de vigilância alimentar e nutricional, onde reuni informações sobre a segurança alimentar e nutricional, conseguindo identificar o perfil nutricional e alimentar dos munícipes, sendo realizada dentro da atenção básica em várias frentes, o maior desafio do município é o acompanhamento dos beneficiários do Auxílio Brasil (bolsa família) diante a desobrigatoriedade de acompanhamento nas unidades de saúde e a baixa migração dos dados do E-SUS e SISVAM, pois gira em torno de 50% essa migração de dados, estamos no estudo da possibilidade de trabalhar com outras secretarias, convidada Patrícia Nutricionista após a informação da realização de trabalhos de PIS nas academias de Saúde, e diante as conversas e todas as dificuldades o que chamou a atenção foram as condicionantes que eram obrigatórias no bolsa família quando da instituição que já eram poucas, assim penso e pergunto da possibilidade do município criar as suas condicionantes paralelas as do estado, por exemplo realização de atividade física nas academias da saúde, não viabilização de compra de bebidas alcoólicas e biscoitos, acesso as hortas comunitárias, essa seria a minha ideia, conselheira Andreia toma a palavra sob o argumento de discordância quanto as condicionalidades, porém criar programa de melhoria e acesso a alimentação saudável, diante a estratégia para esses acesso, perguntando se o COMSEA a acompanha a utilização e a disponibilização do Cartão Imperial, sendo respondido pela Isabele que o programa precisa ser revisto, posto que as condicionantes impostas para liberação do referido benefício são muito amplas, ao ponto de ser inviável o monitoramento, bem como não teve acesso a qualquer relatório sobre a distribuição do referido cartão tendo apenas acesso a valores, se comprometendo a trazer estes aos conselheiros, que são destinados ao programa, porém existem outras proposta do município como renda básica e assim vale realizar os programas já existentes de forma a organiza lós e torna viável este monitoramento, a conselheira Cristiane (APAE) pergunta diante o posicionamento da Andreia e o programa da cesta cheia que migrou para o cartão imperial, que possuía esse monitoramento que era



